
Privatizando a opinião: estudo sobre enquadramento em revistas semanais¹

Luana Meneguelli BONONE²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Esta pesquisa investiga se há e como se constrói a pluralidade na cobertura jornalística em duas revistas semanais – *Veja* e *Carta Capital*. O texto traz um debate acerca do papel do jornalismo na disputa de hegemonia, tendo por tema as privatizações no Brasil. Nesse sentido, a metodologia tem base na Análise de Enquadramento, utilizando como ferramenta análise de conteúdo, métodos quantitativo e qualitativo. A fundamentação teórica é constituída pelas teorias do Enquadramento (Goffman, Entman, Mauro Porto), teoria do Agenda-Setting (Maxuell McCombs, Donald Shaw e Walter Lippmann) e pelas teorias construcionistas da comunicação (a partir de Stuart Hall).

Palavras-chave: *Frame Analysis*; enquadramento; análise de conteúdo; revistas semanais.

Introdução

Este artigo foi construído a partir da dissertação “Privatizando a opinião: um estudo sobre enquadramento nas revistas *Veja* e *Carta Capital*”, cujo objetivo é investigar se há e como se constrói a pluralidade na cobertura jornalística em duas revistas semanais – *Veja* e *Carta Capital*. O texto traz um debate acerca do papel do jornalismo na disputa de hegemonia na sociedade brasileira, tendo por tema as privatizações no Brasil. Para estudar a relação entre jornalismo e disputa de ideias, a Análise de Enquadramento (*Frame Analysis*) foi identificada como um instrumento atual e complexo, que oferece uma ampla gama de opções metodológicas para que o próprio pesquisador estruture sua proposta de investigação. O *corpus* da pesquisa é constituído por textos das duas revistas com temas ligados às privatizações no Brasil.

Marco teórico: conceito de enquadramento (*frame*)

A principal referência do conceito de *frame* (traduzido como “enquadramento”) nas Ciências Humanas é Erving Goffman (em 1974). Entretanto, o conceito foi

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado em Volta Redonda, RJ, de 22 a 24 de junho de 2017

² Doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ, e-mail: luanabonone@gmail.com.

originalmente proposto por Gregory Bateson, em estudos sobre interação, no campo da psicologia. O autor intenta explicar como as interações ocorrem com base em quadros de sentido que moldam os comportamentos (interpretações e ações) daqueles atores envolvidos (PORTO, 2002, p. 5). Goffman traz o conceito para as Ciências Sociais, tendo por foco da sua pesquisa as pequenas interações cotidianas que sistematizam a experiência dos sujeitos no mundo, conforme sua maneira de definir o que são enquadramentos (GOFFMAN, 1986).

Trazido para as Ciências Sociais, os teóricos passaram a se apropriar e trabalhar com o conceito no campo da Comunicação (e em diversos outros). A socióloga Gaye Tuchman é quem primeiro propõe que as notícias carregam em si enquadramentos que definem e constroem a realidade. Tuchman concebe a notícia como “ação negociada”, estruturada em torno do enquadramento dado às escolhas feitas (TUCHMAN, 1993).

Os estudos de como os indivíduos produzem “quadros de sentido” (Goffman, 1986), ou enquadramentos, no campo da Comunicação ganhou papel de destaque há pouco mais que trinta anos. O primeiro a apresentar uma definição mais sistemática de enquadramento foi Todd Gitlin, para quem os enquadramentos dos meios de comunicação são padrões de apresentação, seleção, ênfase e exclusão que organizam o mundo para os jornalistas e para os receptores das notícias (PORTO, 2002). Robert Entman é o primeiro a fazer uma revisão sistemática dos estudos sobre enquadramentos da mídia e identifica como os enquadramentos fazem parte do processo de produção de notícias.

O papel cumprido pelas instituições de imprensa no Brasil em geral contribuem pouco para um debate público plural, informativo (com qualidade de informação), promotor das diferentes expressões presentes em um determinado contexto social. Por este motivo, a tendência é que os estudos apontem a responsabilidade dos veículos, editores ou mesmo dos jornalistas enquanto profissionais pelas ideias – geralmente monocromáticas – expressas nas reportagens.

Não se trata, é claro, de isentar as instituições de comunicação pelo seu papel de reforçar determinadas ideias hegemônicas, afinal, “os *frames* residem nas propriedades específicas da narrativa noticiosa que encorajam uma percepção e um questionamento a respeito dos eventos para que se desenvolva um determinado entendimento deles” (ENTMAN, 1991, p. 7, tradução livre)³. Pelo contrário, trata-se de compreender este

³ Texto original: “*frames reside in the specific properties of the News narrative that encourage those perceiving and thinking about events to develop particular understanding of them*”.

processo dentro de uma teia complexa de valores, relações, interesses, etc. Assim, os enquadramentos constituem tema interessante para tratar de jornalismo político:

O conceito de enquadramento tem sido amplamente empregado por estudiosos de psicologia, ciência política e estudos de comunicação. Na pesquisa em comunicação política, o enquadramento tem sido representado como um processo pelo qual uma fonte (uma matéria de TV ou jornal impresso, ou talvez um único indivíduo) define o problema essencial ao enfatizar um assunto social ou político em particular, e delinea um conjunto de considerações que figuram como relevantes para aquele assunto (NELSON; OXLEY; CLAWSON, 1997, p. 222).

Todavia, para que sejam desenvolvidos estudos consistentes em Comunicação, é importante conhecer o debate a respeito deste conceito no Brasil. Considerando o trabalho de Mauro Porto (2002), que faz um apanhado de estudos de enquadramento de mídia e política no país, o tipo de enquadramento analisado nesta pesquisa é o noticioso. Significa que os textos de notícias foram o alvo de análise. Ou seja, trata-se de uma análise do “ângulo da notícia” escolhido pelo jornalista, como se expressa no jargão profissional: “enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, 2002, p. 15).

Análise de conteúdo: uma ferramenta

O método de análise das reportagens foi a análise de conteúdo, seguindo a tendência dos estudos recentes sobre enquadramento. Esse é um método de tratamento e análise de informações colhidas dos textos por meio de técnicas de coleta de dados. O método pressupõe uma leitura crítica do significado das mensagens, seu conteúdo exposto ou velado, ou seja, o que está dito e também o que está implícito.

As unidades de análise são reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital* selecionadas sobre o tema privatização nos períodos que vão de janeiro de 1996 a dezembro de 1998 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2007 e que atendem aos seguintes critérios: a) tratam do tema das privatizações como foco principal da matéria; b) expressam um enfoque de posicionamento ou avaliação em relação a privatizações. A escolha do período entre 1996 e 1998 se justifica pelas privatizações ocorridas no país em 1997, com destaque para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e das companhias telefônicas; e os textos veiculados entre 2005 e 2007 serão analisados em função do segundo turno das eleições presidenciais de 2006, em que o debate sobre as privatizações no Brasil foi a principal pauta política.

Utilizando os critérios descritos, a pesquisa foi feita em 542 revistas, nas quais foram identificadas 147 matérias que trataram de privatizações. Um primeiro processo de seleção identificou 59 matérias que continham o termo privatização ou derivado ou mesmo o termo leilão no chapéu, título, linha fina ou na chamada de capa. O segundo processo de seleção foi feito a partir da leitura do lide das matérias: foram identificadas 48 matérias com o foco nas privatizações, das quais 28 delas – e três retrancas – tinham como enfoque um posicionamento ou avaliação do processo de privatizações. Assim, 28 matérias e três retrancas constituem o *corpus* desta pesquisa.

Análise do Enquadramento das privatizações nas revistas: Análise espacial

As 14 matérias de *Veja* foram publicadas em 43 páginas e 135 parágrafos. A média de parágrafos por página é 3,14. Por matéria, a média é 9,64 parágrafos. As matérias têm, em média, 3,07 páginas (a retranca não foi contabilizada como matéria, pois compõe a matéria “13 500 000 000”). As 13 matérias e uma retranca de *Carta Capital* somam 52 páginas e 280 parágrafos. A média de parágrafos por página é 5,38 e, por matéria, 21,53 parágrafos. As matérias têm, em média, 4 páginas (a retranca não foi contabilizada como matéria, pois compõe a matéria “Ligação a cobrar”).

Embora a revista *Carta Capital* tenha publicado um número ligeiramente menor que a revista *Veja* de matérias com posicionamento e/ou avaliação das privatizações no período analisado, a primeira publicação destinou um espaço físico maior, ou 9 páginas a mais que a revista *Veja* e uma diferença de 145 parágrafos a mais. Mesmo considerando que a revista *carta Capital* tenha por padrão parágrafos menos extensos que a revista *Veja*, a diferença ainda é muito grande, o que se explica, além do número de páginas publicadas maior, pela menor incidência de imagens – bastante presentes e com uma força importante no texto de *Veja*, é importante ressaltar.

Análise de ênfase

Serve para identificar o que cada publicação elege como destaque, como o próprio nome sugere. Ou seja, diz respeito à análise elementos como título, chapéu, linha fina, capas, chamadas de capa, legendas, olho, lide e imagens presentes no texto. Esta análise se restringiu a identificar se tais elementos são favoráveis ou desfavoráveis

às privatizações e teve como produto duas tabelas, uma por publicação, que não serão expostas aqui em função do espaço.

A partir dessa análise, puramente quantitativa e de ênfase, já é possível identificar um posicionamento geral da revista *Veja* que tende a ser pró-privatizações e crítico às estatais, ao passo que o posicionamento geral da revista *Carta Capital* apresentou tendência contrária às privatizações e pró-estatais.

Análise de conteúdo: análise quantitativa

Nesta etapa, selecionaram-se termos-chave em torno do qual as referências positivas ou negativas das revistas revelam posicionamentos. Diferente da etapa anterior, não foram analisados apenas os termos em destaque, mas todas as incidências deles ao longo das matérias. A análise identificou a quantidade de incidências dos termos Estado, Empresas estatais, Privatização, Governo federal (com contagens diferentes para os governos Fernando Henrique e Lula), Candidatos Alckmin e Lula, assim como os posicionamentos presentes nas matérias, como indica a tabela 01.

Tabela 01: Referências a termos que indicam posicionamentos em *Veja*.

Termo	Tipo de referência feita a cada termo (ou similares)			
	Positiva	Negativa	Outras referências	TOTAL
Estado*	0	12	2	14
Empresas estatais**	14	67	14	94
Privatização***	84	18	19	121
Governo federal (FHC)****	36	8	16	60
Governo federal (Lula)	0	2	0	2
Candidato Alckmin	3	2	1	6
Candidato Lula	0	9	1	10

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados colhidos para esta pesquisa em *Veja* e *Carta Capital*.

*Termo similar: estatismo; **Termos similares: CSN, Embratel, Telebrás, Rede Ferroviária Federal, empresas recém-privatizadas, empresa pública, Embraer, Cosipa, Vale do Rio Doce, CSN, CST, Light, Correios; ***Termos similares: desestatização, venda/vendeu/vender, empresas privatizadas; ****Termo similar: Brasília.

Considerando a análise quantitativa da presença dos termos-chave na revista *Veja*, a tendência observada na análise de ênfase se confirma: o veículo repete as referências positivas às privatizações e negativas às estatais majoritariamente – e com uma diferença significativa em relação aos posicionamentos contrários à tendência,

embora eles apareçam. Nesta análise, foi identificado também um posicionamento em geral aprovador do governo FHC – em 60% das citações. O mesmo processo de análise foi aplicado à revista *Carta Capital*, conforme a tabela 04, a seguir.

Tabela 02: Referências a termos que indicam posicionamentos em *Carta Capital*

Termo	Tipo de referência feita a cada termo (ou similares)			
	Positiva	Negativa	Outras referências	TOTAL
Estado*	7	4	8	18
Empresas estatais**	41	21	32	93
Privatização***	11	93	35	140
Governo federal (FHC)****	9	88	23	120
Governo federal (Lula)*****	5	3	4	12
Candidato Alckmin	0	0	0	0
Candidato Lula	0	0	0	0

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados colhidos para esta pesquisa em *Veja* e *Carta Capital*.

*Termos similares: Tesouro, Tesouro Nacional, regime Vargas, Brasil, regulamentações nacionais, governo, Nação, Estado de Direito; **Termos similares: Telebrás, CRT, empresas municipais, Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, Vale do Rio Doce, Vale, empresa, Eletrobrás, CESP, Petrobrás, patrimônio, Eletropaulo, Enarsa, PetroAmerica, Infraero; ***Termos similares: venda, licitação, empresas privatizáveis, desestatizar, privatizado/a, compra; ****Termos similares: Ministério das Comunicações, BNDES, União, Tesouro, presidente Fernando Henrique, propaganda governista, Anatel, Ministro Mendonça de Barros (Comunicações); *****Termo similar: Ministro Waldir Pires (Defesa).

Assim como na análise anterior, do semanário *Veja*, também na revista da editora Confiança a tendência observada na análise de ênfase se confirma com a análise quantitativa do texto das matérias. No caso da *Carta Capital*, as referências positivas são às empresas estatais e as privatizações aparecem em geral de forma negativa. No caso das privatizações, as porcentagens são muito parecidas com as da outra revista, demonstrando que o posicionamento é exatamente o oposto, mas com ênfase muito similar. Nesta análise, foi identificado um posicionamento amplamente desabonador do governo FHC – em 73% das citações, contra 8% de referências positivas.

Análise de contingência ou associativa

Permite avaliar de que forma os termos se organizam no texto, ou seja, o que se associa a que. O quadro que sintetiza este processo não está reproduzido aqui por uma questão de espaço, mas permite identificar as principais ideias associadas a cada termo-chave desta pesquisa nas duas revistas: foram selecionados as três ideias com maior

incidência para cada termo-chave, por veículo. No caso de empate da terceira posição, foram colocadas todas as ideias que apareceram com o mesmo número de incidências.

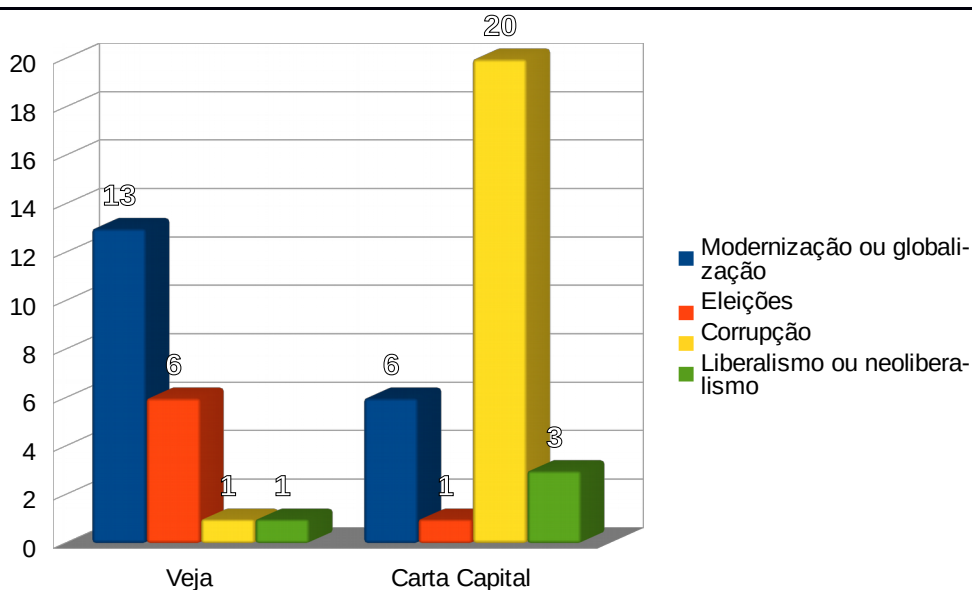
As tendências observadas nas análises quantitativas se confirmam quando observadas as ideias associadas a cada termo-chave nas matérias de cada veículo. Ao termo Estado, nas matérias da *Veja* aparecem termos negativos, como problemas financeiros e incompetência; já no texto de *Carta Capital* foram identificadas ideias mais positivas, como estratégia. Nos dois veículos a ideia de controle ou regulamentação está associada ao Estado, embora o peso em cada revista seja diferente. Em *Veja* a ideia de controle é associada a amarras, freios (esta última palavras inclusive aparece associada ao termo Estado na revista). Na revista *Carta Capital* a regulamentação é vista como uma atribuição do Estado.

As ideias associadas aos termos empresas estatais e privatizações são as que mais reforçam a tendência pouco plural dos veículos. Enquanto *Veja* caracteriza as estatais prioritariamente com palavras como prejuízo, ineficiência, corrupção e sucateamento, a revista *Carta Capital* utiliza majoritariamente lucro, concorrência e ações. Já em relação às privatizações, esta revista é mais pessimista, associando-a a monopólios e oligopólios, e também à ideia de que se trata de algo danoso para o país, contra o interesse nacional. A ideia oposta é apresentada em *Veja*, que ressalta a dimensão dos leilões e conecta as privatizações com um reforço ao caixa do governo.

Há uma clara contradição de informações em relação ao papel do governo Fernando Henrique Cardoso nas privatizações. Enquanto *Veja* destaca os bilhões de dólares e reais arrecadados pelo governo com as transações, as matérias de *Carta Capital* caracterizam o governo como financiador do negócio (geralmente via BNDES). Nenhum dos veículos associa alguma ideia ao governo Lula, que aliás é pouco citado.

Como a revista *Carta Capital* não citou os candidatos Alckmin e Lula nas matérias analisadas, há apenas as referências de *Veja*, pouco esclarecedoras no caso do primeiro candidato – as referências são opinião pública, tucano e acusado – e, entretanto, depreciativas em relação ao candidato do PT – os termos são: ferrenho opositor à venda, acuado, miopia ideológica, companheiros, ganância e modelo estatal. O gráfico 01 revela a quantidade de vezes que o termo privatização é associado a quatro outros termos.

Gráfico 01: Incidência de termos associados a privatização em *Veja* e *Carta Capital*



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados colhidos para esta pesquisa em *Veja* e *Carta Capital*.

Novamente as tendências são parecidas e contrárias. Dos quatro termos, o que se associa mais vezes a privatizações em *Carta Capital* é “corrupção”, expressão que aparece uma única vez ligada à ideia de privatização em *Veja*, bem como liberalismo ou neoliberalismo, que é associada três vezes à venda de estatais na *Carta Capital*.

Análise de conteúdo: análise qualitativa

Esta etapa será dividida em dois processos. A primeira parte é a constituição de um quadro com a indicação de quem ganha e quem perde com as privatizações de acordo com o que foi encontrado em cada matéria analisada. A segunda parte constituiu-se de uma análise de trechos selecionados das matérias para melhor detalhar os posicionamentos e avaliações de cada revista e finalmente responder às questões apresentadas como objetivos específicos desta pesquisa. Neste artigo serão apresentadas apenas as conclusões deste tópico, por uma questão de espaço.

A análise de quem ganha e quem perde com as privatizações no texto de cada revista reforça a constatação de que *Veja* e *Carta Capital* não tratam o tema das privatizações de maneira plural em suas publicações. A tendência pró-privatizações da *Veja* se repete tanto quanto a crítica ao processo de privatizações apresentado pela revista *Carta Capital*. Entretanto, há uma sutileza que merece ser destacada neste íterim: o posicionamento presente nos discursos que aparecem nas matérias da *Carta Capital* não é crítico à venda de estatais em qualquer conjuntura, mas sim ao processo de privatizações em curso no país naquele momento, caracterizado pela transferência do

monopólio estatal para monopólios ou oligopólios privados e, ainda, baseado em investimentos feitos com verbas públicas (em especial via empréstimos do BNDES).

De acordo com o discurso presente na *Carta Capital*, ganham os empresários que compram estatais, pois têm financiamento público (matéria de 15/04/98), e perde o capital nacional, que poderia se associar ao Estado para tornar a Telebrás competitiva internacionalmente (matéria de 22/07/98). Ainda, na matéria de 20/08/1997, por exemplo, a compreensão é que as empresas privatizadas ganham com a privatização, pois “deixarão de agir sob as amarras do governo”.

Os discursos presentes das matérias das duas revistas convergem quanto a uma questão: as privatizações são um bom negócio para o comprador. A divergência está no outro lado da moeda: *Veja* considera que vender as estatais é também um ótimo negócio para o Brasil, enquanto *Carta Capital* caracteriza o processo como entrega de patrimônio público. Quem ganha para *Veja*: o governo, que fechou o maior negócio de todos os tempos; os consumidores, que não terão mais que ficar na fila por uma linha de telefone e terão serviço de melhor qualidade; e as fábricas interessadas em produzir peças para telefone celular, que terão alíquota zero para importar componentes (de acordo com a matéria de 16/04/1997). Quem perde para *Carta Capital*: O Estado, que perderá um valioso patrimônio (ao menor conforme a matéria de 19/03/1997).

Há ainda uma divergência clara quanto às expectativas dos serviços oferecidos pelas futuras empresas privatizadas (no primeiro período analisado). E tal divergência se mantém cerca de uma década depois, quando são avaliados os serviços. Para *Veja*, as privatizações provocam mudanças positivas na qualidade dos serviços oferecidos – quem ganha: o consumidor, que terá acesso a um serviço melhor e mais barato (matéria de 29/07/1998); o consumidor, que terá mais linhas, mais orelhões e mudanças na qualidade dos serviços (matéria de 05/08/1998), as camadas mais pobres, que passam a ter acesso a telefones celulares, “um imprescindível instrumento de trabalho” (matéria de 18/10/2006). Para *Carta Capital*, o consumidor (cidadão) perde porque: terá menos acesso à pluralidade de informação por conta da propriedade cruzada dos meios que será praticada pelas transnacionais (matéria de 25/06/97), e não terá fornecimento de serviço de qualidade e/ou a preços acessíveis (matéria de 23/03/2005).

Análise qualitativa: conceito de privatização em *Veja* e *Carta Capital*

Este trecho, de 09/04/1997, revela a visão sobre as privatizações em *Veja*:

A venda de empresas estatais está ocorrendo em todos os países por motivos muito simples. Em primeiro lugar, ela libera o poder público – e os recursos públicos – para investimentos mais produtivos, na área social, por exemplo. Por outro lado, as empresas estatais tendem a ficar muito mais eficientes (e portanto mais úteis) quando passam à iniciativa privada. O governo brasileiro anda sem dinheiro para investir nas suas estatais, e a qualidade dos serviços que elas prestam se deteriorou. Finalmente, na maioria dos casos a empresa estatal brasileira ou é deficitária ou rende pouquíssimo para seu principal acionista, o governo.

Ou seja, as estatais são ineficientes e geradoras de déficits e a privatização significa o Estado se libertar deste problema e ainda liberar – e receber – recursos para outros investimentos e ações. Como bônus, as empresas ficam mais eficientes, o que aquece a economia e gera melhores serviços para o consumidor final.

A frase de *Carta Capital* que expressa o posicionamento da revista sobre o processo de privatização em curso naquele 19/03/1997 é bastante sucinta: “O governo embala o país com venda que traria ganho efêmero e perda duradoura”. Tratava-se da privatização da Vale, mas a curta ideia é válida para os demais processos em questão nesta análise. A publicação também apresenta um discurso preocupado com a regulamentação do processo de privatização, mas enquanto *Veja* critica eventuais restrições à limitação do capital estrangeiro, *Carta Capital* adota outra linha, conforme trecho de 29/03/1996:

A conclusão é que a futura rentabilidade das empresas eventualmente privatizadas dependerá muito mais das condições de tarifação e concorrência estabelecidas pela futura regulamentação do setor do que de questões que têm recebido grande atenção da maioria da imprensa, como a possível limitação da participação de estrangeiros nas empresas do setor.

Esta preocupação com a questão nacional acaba se tornando uma marca do discurso da revista *Carta Capital*. A referência mais clara é no seguinte trecho publicado em 25/06/1997: “Se a necessidade de vastos investimentos para ampliar e modernizar os serviços de uma administração moderna e agressiva torna a privatização uma alternativa conveniente, essa não precisa ser acompanhada da partilha e entrega do mercado a empresas estrangeiras. A privatização poderia ser encaminhada no sentido de criar um controle colegiado e eficaz, capaz de inspirar confiança aos investidores privados, mas também afinado com os interesses do desenvolvimento nacional”.

Apesar dos alertas sobre regulamentações necessárias, há convicção expressa no discurso de *Veja* de que a privatização gera empregos. A referência nos países “desenvolvidos” e o desejo de se igualar a eles também está presente nos discursos das duas revistas, que enxergam nas privatizações – ambas, embora com modelos diferentes – um caminho para a modernidade e a globalização.

Na matéria intitulada “Vivam as privatizações!”, publicado em 18/10/1998 *Veja* dá sua receita na última frase da matéria: “E como diminuir o Estado? Privatizando e cortando gastos”. A propósito, recomendação é também uma resposta direta à crítica do candidato Lula o seu rival tucano, como informa o início desta mesma matéria: “As únicas coisas que eles sabem fazer é privatizar e cortar gastos”, afirmou Lula, como se isso fosse uma mácula, e não uma virtude”. Além de expor o conceito consagrado nas páginas da revista de que a privatizar é uma “virtude”, tal passagem reforça o dado quantitativo acerca do posicionamento da revista acerca de privatizações *versus* governo e eleições.

Já *Carta Capital* denuncia o uso político de cargos das estatais durante o governo FHC como um problema que, inclusive, complica o processo de privatização: “(...) o governo, para obter a quebra do monopólio nessa área, cedeu aos partidos que apoiavam diversas direções e cargos de confiança das companhias telefônicas do sistema Telebrás, complicando a reorganização das estatais e a sua privatização”.

No dia 19/03/1997 *Carta Capital* combate a visão de Estado do governo FHC. Além de uma provocação direta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o trecho seguinte, publicado em 19/03/1997, defende um modelo de privatização diferente daquele que está em curso. Trata-se do modelo europeu, como será explicado em algumas matérias desta revista: grupos nacionais fortes compraram estatais em seus próprios países e as transformaram em empresas potentes e com atuação em diversos países (inclusive o Brasil). A defesa deste modelo europeu para o Brasil é bastante explícita na reportagem da *Carta Capital* de 22/07/1998.

É também em 1998 que explodem as denúncias de corrupção no processo de privatização das teles. Além de criticar o governo, *Carta Capital* critica o papel da própria imprensa e chega a citar *Veja* em matéria publicada em 25/11 daquele ano.

Avaliação das privatizações em *Veja* e *Carta Capital*

Veja cita em pelo menos duas matérias, em datas diferentes, um estudo do economista Armando Castelar Pinheiro, chefe do departamento econômico do BNDES em 1996: em 06/08/1996 e em 01/11/2006, onde se afirma que tal estudo levantou

os dados de 46 empresas privatizadas entre 1981 e 1994 e chegou a constatações interessantes. O faturamento dessas empresas cresceu 27% entre o período estatal e o privado, e o número de funcionários caiu 31%. As vendas contabilizadas por funcionário subiram 83%, o patrimônio triplicou e o investimento quadruplicou. O lucro, que é o índice mais importante de qualquer empresa, substituiu o prejuízo crônico dos balanços.

Em 1996 a conclusão é o “desempenho lamentável das estatais. Muitas delas provavelmente estavam a caminho do desaparecimento, e renasceram depois da privatização”. Em 2006, *Veja* é condescendente com quem duvidava do sucesso das privatizações antes e convoca o debate público em favor de novas privatizações.

A revista usa mais um estudo, de um outro economista, para apresentar uma posição positiva do processo de privatizações em outra matéria, e a todo momento destaca os processos bilionários que resultaram em grandes arrecadações para o governo. Aliás, uma característica do discurso de *Veja* sobre as privatizações que exaure pela repetição é a exaltação dos mega negócios fechados. Já o discurso de *Carta Capital* questiona o quão bons são esses mesmos negócios, como ilustram dois trechos da matéria publicada em 29/05/1996: “Quanto maior a limitação que o governo fizer, menor valor vai conseguir. E a preço de banana não vale a pena privatizar”, diz Krauspenhar.” e “Segundo Vaz das Neves, a Vale é bem administrada, sustenta-se com a própria geração de caixa e a União conseguirá pouco dinheiro com sua venda”.

Uma diferença marcante entre os discursos presentes em *Veja* e *Carta Capital* diz respeito aos serviços oferecidos ou a serem oferecidos pelas empresas privatizadas. Para *Veja*, os serviços serão melhores e mais acessíveis aos usuários. A única ressalva está presente na matéria de 16/04/1997:

Anuncia-se que esse preço deve cair cerca de 30% quando a Banda B entrara em funcionamento, mas a prudência aconselha que se leiam essas promessas com alguma desconfiança. Nas regiões de maior demanda, uma queda nas tarifas mais significativa só aconteceria depois de dois anos no mínimo.

A imagem de capa da revista *Carta Capital* do dia 22/07/1998 é um questionamento estampado em crítica aos serviços e ao processo. O símbolo da República falando ao telefone associado ao título em letras garrafais: “Bom negócio

para o Brasil?”, sob o chapéu “Privatização da Telebrás”. O texto abaixo do título traz a resposta em informações selecionadas em tópicos (grifos do original):

Preço não retrata o **ganho estratégico** dos **compradores**;
 Empresas que disputarão a privatização brasileira **não cumprem metas** na Argentina
 As **dificuldades** de atuação dos órgãos reguladores
 As dúvidas sobre a **competição**
 Os riscos para a **tecnologia** e a **indústria nacionais**

A reportagem de 25/06/1997 da *Carta Capital* alerta, ainda, para o perigo democrático da propriedade cruzada de meios de comunicação. O alerta é repetido em 25/06/1997. As imagens de capa e da matéria principal no dia 25/06/1997 são bastante fortes e na contramão das privatizações em curso no país. A imagem da capa ilustra um aristocrata dos tempos do império sendo alimentado por servos que lhe dão de comer na boca, oferecendo pão, carne, frutas, barris de vinho. Tal ilustração faz referência ao período monárquico em que os integrantes da nobreza tinham privilégios do Estado como algo natural à sua condição de nobres. Aliada ao título “Devoradores de estatais” em caixa alta, tal imagem apresenta uma crítica tenaz ao processo de privatizações financiado pelo Estado por meio do BNDES, fundos de pensão e outros mecanismos, como a matéria denuncia. O texto que vem abaixo do título é também esclarecedor quanto aos privilégios de um setor no processo de privatizações em curso naquele momento: “A concorrência para a Banda B da telefonia celular expõe o favoritismo de um pequeno grupo de gigantes empresariais brasileiros, praticamente os mesmos protagonistas das últimas privatizações ocorridas no país”. As duas chamadas de capa da edição reforçam uma crítica ao governo federal. Uma anuncia a coluna de Raymundo Faoro: “FHC, se reeleito, viverá um pesadelo” e a outra questiona uma parceria de uma das grandes estatais brasileiras: “O lance das grandes irmãs para explorar petróleo com a Petrobras”.

Já a imagem principal da matéria de 25/06/97 traz um homem branco opulento, trajando paletó e gravata devorando o pedaço de um prédio espetado em um garfo que o homem segura. Na outra mão, ele tem uma faca de mesa. À frente deste homem, sobre uma mesa, está o banquete: torres de TV, antenas, parabólicas, prédios de indústrias, usinas, etc. A imagem se refere ao título, “O banquete dos gigantes”, e não deixa dúvidas quanto ao posicionamento da matéria, de crítica ao processo de privatização em curso, em uma referência clara às telecomunicações em especial, o que é confirmado pela linha fina: “No Brasil e no mundo, a privatização coloca as telecomunicações nas

mãos de poucas empresas, com riscos para o consumidor e o cidadão”. *Carta Capital* publica em 23/03/2005 uma análise das revoltas populares e das disputas entre governos e empresas privatizadas na Argentina e na Bolívia para fazer um paralelo com o caso brasileiro, também considerado problemático, mas com menos conflitos.

Vozes contrárias em *Veja* e *Carta Capital*

A revista *Veja* publica muitos parágrafos dedicados às vozes contrárias às privatizações. Entretanto, em todos os casos trata-se da revista respondendo a vozes contrárias que nunca são efetivamente reveladas e jamais são diretamente citadas. Em geral, são na verdade desqualificadas, especialmente quando se trata de Lula ou seus aliados. Não foi encontrado contraponto nas matérias da revista *Carta Capital*.

Considerações Finais

Concluído o processo de análise, foi observado que não há pluralidade na cobertura jornalística das duas revistas semanais, *Veja* e *Carta Capital*, que se situam em campos de opinião contrários. Pela análise dos textos, ambos os veículos se valeram de matérias com uma única opinião ao longo de todo o processo. Não houve espaço para o contraditório e muito menos para um debate público real, capaz de fornecer elementos a uma discussão democrática, que pudesse ser informativo e formativo do público leitor. O que houve de contraditório foi pouco significativo diante do conjunto, e a opinião contrária, quando apareceu, absolutamente todas as vezes, foi seguida de ataque a ela. Contudo, cabe destacar que a linha editorial de *Carta Capital*, em si representa um contraponto no contexto da mídia brasileira.

O enquadramento realizado pela revista *Veja* foi identificado como pró-privatizações, enquanto o enquadramento do semanário *Carta Capital* se apresentou como antiprivatizações, grosso modo. Entretanto, o debate presente neste último veículo é crítico ao processo de privatizações em curso, mas defende o modelo aplicado em países da Europa. Embora tal posicionamento tenha aparecido explicitamente em uma ou duas passagens, o insignificante número de incidências e a ausência de destaque o tornaram pouco importante. O viés principal defendido foi a defesa do nacional.

Em relação ao conceito de privatização presente em cada um dos veículos analisados, foram levantadas as noções relativas ao termo privatização em cada revista, entretanto, nenhuma das duas efetivamente debateu o conceito a respeito do qual se falava. Há apenas algumas indicações e um debate tímido em *Carta Capital* sobre modelos de privatização.

Por fim, o processo de análise revelou a existência de pontos convergentes nos discursos dos dois veículos, ainda que suas linhas editoriais sejam muito díspares. A análise qualitativa das reportagens identificou, por exemplo, que as opiniões presentes nas duas revistas convergem na compreensão de que a compra de estatais é um bom negócio para os compradores. A divergência se localiza em identificar se, da forma como foram conduzidas as vendas de estatais no Brasil, o resultado seria bom também para o Estado e para a população. A revista *Veja* se consolidou como defensora dos grandes negócios globalizados e da entrada de vultosos investimentos estrangeiros no país, apresentando dados, estudos e exemplos sobre a melhoria dos serviços provocados pelas privatizações. A análise quantitativa identificou, ainda, que os dois discursos assumem a existência de relação entre privatização e modernização ou globalização.

Referências bibliográficas

ENTMAN, Robert. Framing U. S. coverage of international News: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, vol. 48, n. 4, p. 06-27, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. 2. ed. Boston: Northeastern University Press, 1986. Primeira edição em 1974.

NELSON, Thomas; OXLEY, Zoe; CLAWSON, Rosalee. Media framing of a civil liberties conflict and its effect on tolerance. **American Political Science Review**, vol. 91, n. 3, p. 567-583, 1997.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2002, Caxambu. **Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu: Anpocs, 2002.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa: Veja, 1993. p. 74-90.